



MUNICÍPIO DE CUBA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata Nº6

29-09-2022

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1- INFORMAÇÕES; -----
- 2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----
- 3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

ORDEM DO DIA: -----

- 1 – Apreciação da **informação escrita do Presidente da Câmara Municipal**, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/06/2022 a 31/08/2022. **Para conhecimento.** -----
- 2 – Informação sobre a situação financeira do município em Julho de 2022. **Para conhecimento.** -----
- 3 – Apreciação e votação da Revisão n.º 3 ao Orçamento e GOP’S 2022. **Para deliberação.** -----
- 4 – Apreciação e votação das taxas do IMI (Imposto Municipal de Imóveis), a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

5 – Apreciação e votação da taxa da derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

6 – Apreciação e votação da participação no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial correspondente ao concelho de cuba, a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

7 – Apreciação e votação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

8 – Provimento de cargos dirigentes – Lei n.º 49/2011, de 29 de Agosto. Provimento cargos dirigentes intermédios de 3º e 4º grau, chefes de unidade e de subunidade, respetivamente - ambiente, ordenamento e urbanismo, educação, ação social, saúde e desporto. Aprovação dos Júris dos Procedimentos. **Para deliberação.**

9 - Apreciação e votação da versão final do Regulamento Cuba+Social- **Para deliberação.** -----

10 - Projeto de regulamento do serviço de atendimento e acompanhamento social. **Para conhecimento.** -----

11 - Apreciação e votação da Proposta de adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH). **Para deliberação.** -----

12 – Transferência de competências do Estado para as Comunidades Intermunicipais. Apreciação e votação do Acordo para o exercício das novas competências pela CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo. **Para deliberação.** -----

13 – Consulta Prévia n.º 07/2022 para prestação de serviços de Auditoria Externa às Contas do Município pelo período de 40 meses - Necessidade de envio da proposta ao Órgão Deliberativo para efeitos de nomeação – Art.º 77.º n.º 1 da Lei das Finanças Locais. **Para deliberação.** -----

3

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão, e pediu que fosse feita a chamada.

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:

João Duarte Oliveira Brito Palma;

Carlos José Maltez Almeida;

Francisco Eduardo Beißudo Galinha;

Helena Sofia Pereira Ferreira Lança;

Teresa José Leão Isidro Galó;

José Francisco Ribeiro Roque;

Francisco Manuel Carapuça Fitas;

Bruno Filipe Pacheco Arvanas;

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco;

Luís Carlos Cardoso Varela;

Luís António Botecas Varela;

Carmen Dolores Gonçalves Santana;

José Alberto Lança Pacheco;

José António Cardeira Machado;

António Francisco Fragoso Ramos;

Diogo José da Silva Machado;

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados :

André Chaveiro Vargas;

Nuno Miguel Ramalho Pinto;

Carolina Parreira Heleno ;

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, e o Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho.

Antes da Ordem do Dia :

1 – INFORMAÇÕES ;

Presidente Assembleia – deu conhecimento da correspondência recebida e enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada.

2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. -----

Não se registaram intervenções. -----

3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ; -----

Deputada Helena Lança- saudou todos os presentes, enalteceu a forma como a Assembleia estava organizada em termos de espaço, agradecendo aos envolvidos no trabalho. Em relação ao Ecoparque, questionou o ponto de situação em que se encontra a empreitada, a verba financiada pelo Turismo de Portugal e se a totalidade da verba atribuída já foi recebida ou se a mesma se encontra comprometida devido ao atraso da obra. -----

Presidente Câmara – informou que em relação à verba recebida e utilizada no Ecoparque, faria chegar essa informação na próxima reunião. -----

Dr. Vítor Fialho – explicou que em reunião de Câmara foi feita uma prorrogação de prazo da empreitada até 31.08.2022, assim como a suspensão dos trabalhos, uma vez que existem situações pendentes em relação ao corte de sobreiros, apontando a retoma dos trabalhos para 1 de novembro. No que diz respeito às verbas do Turismo de Portugal, informou que uma parte substancial da verba já foi utilizada, que o atraso da obra não teve impacto nos recebimentos e que os números concretos seriam apresentados na próxima Assembleia. -----

Presidente Câmara – informou os deputados que as várias empreitadas, estão distribuídas pelos elementos do Executivo, não se encontrando a acompanhar a obra do Ecoparque. -----

Deputado Carlos Almeida – levantou algumas dúvidas em relação ao término da obra, tendo em conta a data de prorrogação de prazo e a data em que nos encontramos. -----

Dr. Vitor Fialho – reforçou a informação que deu anteriormente, dizendo que a obra estava suspensa, não concluída, e que existiam várias situações por esclarecer, nomeadamente em relação à zona de Auto caravanismo e ao corte de árvores. -----

Deputado Luis Botecas Varela – questionou se no projeto inicial não estaria calculado a situação que se coloca em relação aos sobreiros. -----

Presidente Câmara – lembrou que houve uma alteração ao projeto devido aos lugares para as caravanas, inicialmente seriam 5 lugares, mas após reunião com a Associação Nacional de Auto caravanas, passaram a 12 lugares.-----

Deputado Francisco Fitas – solicitou o valor da dívida que a Câmara tem a todos os fornecedores, assim como o período de tempo em que se está a realizar o pagamento. -----

Presidente Assembleia – informou o deputado que a situação financeira da Câmara se encontrava descrita no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

Presidente Câmara – acrescentou que, também no Ponto 2 da ordem de trabalhos consta a informação financeira que o deputado solicitou. -----

Deputado Francisco Fitas – disse que de acordo com a informação financeira disponível, não se encontrava esclarecido em relação à dívida aos fornecedores. Agradeceu a entrega de um documento com dados detalhados. -----

Presidente Câmara – voltou a explicar que, além dos documentos da Ordem de trabalhos, foi entregue um documento solicitado pelo deputado na Assembleia anterior (junho).-----

Deputado Francisco Fitas – lembrou que o documento solicitado em junho foi sobre o endividamento bancário, necessitando desta vez, dos valores em dívida a fornecedores. -----

Deputado Bruno Arvanas – mostrou o seu contentamento pela descentralização da reunião anterior, mas lembrou o facto de as reuniões de assembleia poderem ser em Vila Alva e a freguesia não reunir condições para a realização das mesmas. Chamou a atenção para dois assuntos, afirmando que a Câmara não os estará a tratar com o devido cuidado : a ausência de limpeza das bermas no período do verão e época de incêndios, e o problema das ruturas de água, em 3 locais diferentes, a perda de um bem escasso. Afirmou ter conhecimento dos meios disponíveis para a resolução destes problemas, e perguntou ao Executivo o porquê de não terem sido tratados. -----

Presidente Câmara – no que diz respeito à questão das bermas, explicou que houve uma alteração da Lei, havendo uma grande responsabilidade em várias áreas. Acrescentou que, o Gabinete de Proteção Civil com uma pessoa afeta, faz uma seleção das prioridades tentando dar resposta, o que nem sempre é possível, tendo em conta os equipamentos disponíveis, na sua maioria antigos e obsoletos. Em relação à rutura de águas, homenageou os trabalhadores da Câmara que trabalham no setor, pelo trabalho duro e difícil, principalmente

nos meses de verão, onde se registam entre 6 e 7 ruturas diárias. Explicou ainda, que existe apenas 1 canalizador, que houve uma contratação em prestação de serviços e um concurso que ficou deserto. Finalizou dizendo que tendo em conta todas as dificuldades, os vários pedidos e a falta de recursos, a resposta do serviço é bastante célere, justificando que o problema das ruturas e condutas é antigo, não havendo durante anos, reparação ou renovação das mesmas. -----

Deputado Bruno Arvanas – insistiu na importância da limpeza das bermas, sobretudo num período propício a incêndios, considerando a situação prioritária. No que refere ao problema das ruturas e perda de água, entende que as dificuldades são gerais, não apenas no concelho de Cuba, e uma vez que internamente não se consegue resolver a falta de recursos humanos, há que ter uma verba disponível para contratar no exterior. -----

Presidente Câmara – achou que não foi bem entendido pelo deputado, reforçando a sua explicação sobre a antiguidade do problema e o investimento feito atualmente pela autarquia. -----

Deputado Bruno Arvanas – concluiu dizendo que é necessário haver planeamento e procura de recursos, nem que sejam externos. -----

Deputado José Roque – mostrou-se preocupado com o discurso do deputado Bruno Arvanas, soando-lhe a uma intenção de privatização dos serviços. -----

Deputado Carlos Almeida – lamentou o que foi dito anteriormente pelo Presidente, considerando que para o Executivo a culpa é sempre de outras pessoas ou dos equipamentos, não apresentando uma solução ou alternativa para resolver os problemas. -----

Presidente Câmara – voltou a frisar que todas as intervenções prioritárias são feitas e que poderia disponibilizar um documento com todos os registos dos trabalhos realizados durante o ano. -----

I ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

ORDEM DO DIA: -----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/06/2022 a 31/08/2022. **Para conhecimento.** -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2 -Informação sobre a situação financeira do município em Julho de 2022. **Para conhecimento.** -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

3 - Apreciação e votação da Revisão n.º 3 ao Orçamento e GOP'S 2022. **Para deliberação.** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos deputados do PS. -----

Deputada Helena Lança – declaração de voto. -----

“Esta revisão viola o princípio do equilíbrio orçamental pois aquilo que se verifica por parte do executivo da CDU é o reforço de despesa corrente com a conseqüente abolição da despesa de capital. Na sua generalidade, os aumentos são muito significativos relativamente ao previsto no orçamento inicial. Conclui-se, portanto, a existência de uma total falta de planeamento onde a gestão é feita por impulso.

Perante análise da terceira revisão ao Orçamento e GOP'S, os deputados do PS consideram que estamos perante uma prática de gestão incorreta e maléfica por se traduzir num claro desinvestimento para o município de cuba. Esta política de má gestão e desinvestimento, traduz-se numa situação financeira do município extremamente preocupante: assiste-se ao aumento da dívida; há dificuldades no cumprimento do pagamento de dívidas a fornecedores e verifica-se o aumento de dívida por cobrar que avulta os € 58.000. Finalmente, e de acordo com

↓

a informação financeira de julho, mais de 85% do orçamento já foi executado faltando ainda cinco meses até ao fim do exercício.” -----

Face ao exposto, entendem os membros do PS votar contra esta revisão ao orçamento. -----

4 – Apreciação e votação das taxas do IMI (Imposto Municipal de Imóveis), a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

Presidente Assembleia – questionou a Câmara Municipal pelo facto de manter a Taxa de IMI nos valores apresentados,mostrando a sua opinião sobre as políticas fiscais. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

5- Apreciação e votação da taxa da derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

Presidente Assembleia – lembrou que na sua opinião a política fiscal deveria ser uma competência do Poder Central e não das autarquias. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos deputados do PS.-----

Deputado Carlos Almeida - declaração de voto. -----

“No atual contexto, ainda não totalmente restabelecidos da pandemia COVID 19 e com uma guerra estúpida ativa, com fortíssimas repercussões económicas e sociais que se projetam nas vidas das pessoas mas também das empresas, entendem os deputados do PS que competiria a esta Câmara Municipal dar um estímulo às empresas do nosso tecido económico local sujeitas ao pagamento de derrama, aplicando uma taxa geral de 1% e isenção da taxa reduzida e para sujeitos passivos que tenham criado dois ou mais postos de trabalho. A não aceitação da proposta não nos deixa alternativa, senão o voto contra.” -----

Deputado Francisco Galinha – declaração de voto/citação -----

“ O sr. Presidente entende que o concelho de Cuba tem-se demonstrado atrativo para as empresas e para os investidores e isso é bem exemplificativo no aumento constante da derrama que tem existido, tendo no ano transato o município arrecadado a maior receita deste imposto. Disse que é necessitando ter em atenção que não podemos descapitalizar a autarquia diminuindo drasticamente as receitas porque isso será impeditivo de dar uma resposta competente e eficiente às populações. Por um lado este tipo de impostos funciona também como um compromisso social das empresas para com a comunidade. Por outro lado, diminuir a derrama estaríamos a beneficiar as empresas que têm maior lucro e maior capacidade em detrimento das micro e pequenas empresas que representam mais de 90% das empresas do concelho. Sendo que o mais importante é continuar a investir nas infraestruturas e equipamentos do concelho para continuar a trazer investidores e nesse aspeto o município de Cuba tem nos últimos anos a maior taxa de execução de investimento.” -----

6 – Apreciação e votação da participação no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial correspondente ao concelho de Cuba, a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.** -----

Presidente Assembleia – enquadramento do assunto em discussão, reforçando a mesma opinião dada nos pontos anteriores. -----

Deputado José Roque – avisou que iria votar favoravelmente o ponto, sem apresentar nenhuma declaração de voto. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos deputados do PS.-----

Deputado Carlos Almeida – declaração de voto. -----

“As famílias estão a viver tempos de incerteza quanto ao futuro e dificuldades no presente; aliviar os encargos das famílias é fundamental neste período. Defendemos que esta taxa aplicada a quem vive do trabalho deve ser mais aliviada do que o proposto. A proposta dos vereadores do partido socialista de 4% de taxa de IRS parece-nos correta, nesta altura difícil para os nossos munícipes. A não aceitação da proposta não nos deixa alternativa, senão o voto contra.” -----

Deputado Francisco Galinha – declaração de voto. -----

3

“ isto é uma tarefa do Estado Central e não dos Municípios, os valores, os cerca de dois mil milhões de euros que estamos a falar deveriam ser redistribuídos pelas famílias.” -----

7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2023. **Para deliberação.**-----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

8 – Provimento de cargos dirigentes – Lei n.º 49/2011, de 29 de Agosto. Provimento cargos dirigentes intermédios de 3º e 4º grau, chefes de unidade e de subunidade, respetivamente - ambiente, ordenamento e urbanismo, educação, ação social, saúde e desporto. Aprovação dos Júris dos Procedimentos. **Para deliberação.**

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do PS -----

9 - Apreciação e votação da versão final do Regulamento Cuba+Social- **Para deliberação.** -----

Presidente Câmara – lembrou a importância do regulamento e do projeto, lamentando a falta de contributos e discussão em Assembleia Municipal. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do PS.-----

10 - Projeto de regulamento do serviço de atendimento e acompanhamento social. **Para conhecimento.** -----

13

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

11 - Apreciação e votação da Proposta de adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH). **Para deliberação.** -----

Não se registaram Intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

12 – Transferência de competências do Estado para as Comunidades Intermunicipais. Apreciação e votação do Acordo para o exercício das novas competências pela CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo. **Para deliberação.** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.-----

13 – Consulta Prévia n.º 07/2022 para prestação de serviços de Auditoria Externa às Contas do Município pelo período de 40 meses - Necessidade de envio da proposta ao Órgão Deliberativo para efeitos de nomeação – Art.º 77.º n.º 1 da Lei das Finanças Locais. **Para deliberação.** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do PS.-----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente: *João Duarte Oliveira Brito Palma .*

O Secretário: *Ana Isabel Galinho Anta Borges*